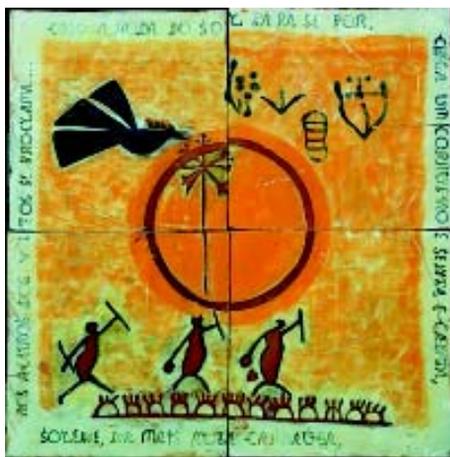


Intelectuais, mídia e Estado nas comemorações dos “500 anos” do Brasil

O artigo apresenta uma retrospectiva da versão oficial das festividades dos “500 anos do Descobrimento do Brasil”. Meu objetivo é demonstrar como o governo federal desejou se apropriar da data simbólica para promover uma renovação da nacionalidade e estimular sentimentos de unidade, pertencimento e coesão social. Sugiro que as cerimônias comemorativas constituem um campo privilegiado para a atualização de uma memória, a fundação de uma tradição ou a cristalização de uma ideologia.



The article presents a retrospective of the official version of the celebrations of “500 years of Brazilian Discovery”. My purpose is to demonstrate how the Federal Government intended to appropriate the symbolic date to promote a renewal of nationalist feeling and to stimulate emotions of unity and social cohesion. As I suggest, commemorative ceremonies are a perfect arena for the revival of memory, the invention of a tradition or the crystallization of an ideology.

Laécio Ricardo de Aquino Rodrigues: Jornalista. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Multimeios da Universidade Estadual de Campinas.

1 INTRODUÇÃO

Ufanismo em berço esplêndido. Do ponto de vista histórico e cronológico, o primeiro semestre de 2000 foi marcado pelas comemorações dos “500 anos do Descobrimento do Brasil”, referência explícita à data em que a expedição marítima comandada por Pedro Álvares Cabral aportara em solo nacional (22 de abril de 1500), demarcando o início da colonização portuguesa. Alardeada com uma antecedência ímpar, a data simbólica – cinco séculos de existência – ingressou no calendário de comemorações do governo federal.

Neste artigo apresento uma retrospectiva da versão institucional “dos 500 anos do Descobrimento”, num esforço de compreender que interesses foram priorizados nas festividades e o que permaneceu eclipsado. Ou seja, recapitular a ênfase ideológica das comemorações, bem como as recordações que o governo federal ambicionava rememorar neste processo. Posteriormente, estudo a cobertura do episódio histórico por uma mídia específica (a Rede Globo de Televisão), fenômeno que alavancou sua popularização.

Reconheço que as narrativas oficiais a respeito dos “500 anos” foram produzidas por meio de um diálogo constante com outros atores sociais, como a mídia, as universidades, a sociedade civil organizada e a comunidade internacional – não resultou de uma construção exclusiva do Estado. Contudo, em concordância com Kelly Silva, a meu ver a autoridade do Estado nas festividades de âmbito nacional é fundamental: é ele que determina quais acontecimentos devem ser fixados na memória da nação como seus sinais diacríticos, “além de fornecer os padrões valorativos que devem informar a apreensão desses eventos” (Silva, 2003). A prioridade conferida no artigo à narrativa estatal não implica negação do papel desempenhado pelos demais atores sociais.

Um esclarecimento prévio: embora já existisse em 1993 algum indicativo das pretensões festivas do governo federal, o

cronograma aqui recapitulado refere-se às diretrizes estabelecidas durante o duplo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995/1998 e 1999/2002), quando foi definitivamente instituída uma “Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil” e o debate sobre “os 500 anos” ganhou ressonância nacional, com amplo apoio midiático. Ao priorizar este aspecto no trabalho, não pretendo sugerir que a interpretação da história idealizada pela Comissão teve plena aceitação social; ao contrário, tal versão suscitou reações na sociedade.¹ Meu objetivo é apenas realçar as intenções do governo nesta festa: o que buscou comunicar aos brasileiros?

2 A VERSÃO OFICIAL DAS COMEMORAÇÕES

Para clarificar minha proposta neste artigo, recorro inicialmente às idéias de Nicolas Shumway. Segundo ele, uma nação bem-sucedida “é também uma nação que produziu uma história aceita pela maioria dos seus cidadãos”. Nessa construção de um passado comum, “a verdade é menos conveniente à sobrevivência da nação que uma narrativa bem-feita, que ofereça aos habitantes dum território um sentido de pertença, de passado compartilhado e de destino coletivo”. Implícita nestas observações está a idéia de que “fazer uma nação é também escrever a história desta nação”. Para tanto, deve-se “escolher os grandes eventos e os grandes heróis que de algum jeito explicam o presente e o lugar que cada cidadão ocupa neste presente”. Para Shumway, trata-se, pois, de “fundar mitos e de criar uma mitologia nacional” (Shumway, 2002).

Suas colocações dialogam com o estudo clássico de Benedict Anderson (1983). Ao analisar as sociedades do século XIX, Anderson sugeriu que as nações seriam comunidades imaginadas, “construídas” via intervenção do Estado e mediante “estratégias” específicas: a elaboração de um passado comum,

com ancestrais e heróis; a ênfase num tempo linear, na continuidade física e territorial; a imposição de uma língua oficial; e o reforço identitário a partir da construção de museus etnográficos, da realização de exposições, da valorização do folclore, da difusão do romance histórico e da edificação de monumentos (pilares da memória nacional).

Meu objetivo é demonstrar que semelhante pretensão capitalizou os esforços do governo federal nas comemorações dos “500 anos”: recordar um passado e reativar uma “mitologia”, de forma a renovar uma memória social comum, independentemente da sua fidelidade histórica. Ou seja, a ênfase oficial da festa reiterou a velha narrativa do Descobrimento, que incensa o ímpeto colonizador dos portugueses (visão eurocêntrica) e minimiza a contribuição dos demais grupos étnicos que plasmaram o Brasil. Afirmar que as comemorações se voltaram para os feitos marítimos lusitanos, tendo como auge a reconstrução da nau capitânia em Porto Seguro, implica admitir que as vozes dos demais protagonistas da nossa história foram minimizadas nas falas oficiais.

Mas que lembranças foram reavivadas neste episódio e que memória se buscou comunicar aos brasileiros? Por memória social, compreendo as recordações que os indivíduos guardam tomando por referência os grupos a que pertencem ou aqueles dos quais já participaram (ou seja, que é socialmente construída). Para Maurice Halbwachs, é pelo sentido de pertencimento a um grupo que os indivíduos são capazes de adquirir, localizar, evocar e preservar as suas memórias – toda recordação tem o outro como referência. Reconhecer-se inserido num grupo ou com ele se identificar, portanto, é um pré-requisito fundamental para que uma memória social possa ser compartilhada (Halbwachs, 1990).

Ao investigar os mecanismos de preservação e comunicação dessas lembranças comuns ao grupo – de que forma são repassadas de uma geração a outra ou se tornam vilipendia-

das pelo esquecimento –, Paul Connerton (1999) destaca o papel das cerimônias comemorativas como depósitos privilegiados desse tipo de memória e veículos de sua transmissão social. O termo grupo empregado por ele tem sentido lato, e refere-se tanto às pequenas sociedades, em que todos se conhecem, como às sociedades territorialmente extensas. Para Connerton, nossa experiência do presente depende em grande medida do nosso conhecimento do passado: entendemos o mundo num contexto que adota os acontecimentos pretéritos como referência. Porém, para se configurar essa relação, é necessária a existência de uma memória comum entre os indivíduos: memórias divergentes não asseguram a unidade do grupo (1999:1-5).

Tal debate se reveste de uma dimensão política. Para Connerton, o controle da memória de uma sociedade – a definição do que deve ser esquecido ou lembrado – é um recurso para se estabelecer relações de poder. Sobre a questão, Jacques Le Goff é enfático: “O desejo de se tornar senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”. Para o autor francês, os esquecimentos e silêncios da história “são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (1994:426).

Penso que semelhante pretensão – um esforço de dominação pelo reforço de uma memória comum – pode ser identificada no caso específico aqui estudado, o “V Centenário do Descobrimento”. Na versão oficial da festa, buscou-se reforçar uma interpretação do passado brasileiro, com ênfase no “mito das três raças” ou “fábula das três raças”, como prefere Damatta (2000). Tal mito foi forjado para assegurar nossa singularidade cultural diante de outros povos, ao mesmo tempo em que foi utilizado para dissimular o racismo do nosso regime escravocrata, supostamente mais flexível do que outros na América (Schwarcz, 1993). Conforme demonstrarei, a partir de

trechos de falas oficiais (discursos presidenciais), por uma lado essa evocação contemporânea da “fábula das três raças” parece sugerir, tal como no século XIX, que o contato entre brancos, negros e índios se deu de forma harmônica: uma visão que celebra a mestiçagem ao mesmo tempo em que mascara o conflito existente neste contato e parece negar qualquer racismo em nossa sociedade. Por outro lado, o discurso oficial permite divisar outro aspecto: a ênfase no protagonismo português – o colonizador é apresentado como agente do processo civilizador brasileiro.

Gostaria, contudo, de avançar um pouco mais nas reflexões de Paul Connerton. Para ele, as cerimônias comemorativas constituem um tipo especial de rito. Como os demais ritos, seus efeitos não estão limitados ao momento da sua execução – os sentimentos que ele desperta ou evoca participam e organizam a vida cotidiana. No entanto, tais cerimônias se distinguiriam pelo fato de se referirem explicitamente a pessoas e acontecimentos prototípicos, quer se considere que estes têm uma existência histórica ou mítica, desempenhando um papel significativo na configuração da memória social (1999:55-70). A reencenação – a celebração da recorrência exemplar – seria sua característica peculiar: neste tipo de ritual, “uma comunidade é recordada de sua identidade, representando-a e contando-a numa metanarrativa” (1999:81). Não se trata de uma simples recapitulação histórica, mas de cultos encenados, que revivem os fatos no presente, permitindo ao público se tornar parte do acontecimento mítico. Um engajamento que estimula o orgulho e a cumplicidade nos presentes.

Considero as observações do autor adequadas para avaliarmos a versão oficial dos “500 anos do Descobrimento”. Tratou-se de uma cerimônia de organização calendarizada (com lugar, dia e horário definidos para sua realização), que comemorou explicitamente uma continuidade com o passado, a partir da clara referência a um acontecimento prototípico. A

festa também foi marcada pela reencenação: a reconstrução da nau capitânia, simulando o feito marítimo de Pedro Álvares, e a transferência temporária da sede do governo federal para Porto Seguro (BA), onde a frota portuguesa primeiro aportou, numa representação simbólica deste episódio, permitindo ao público presente (re)viver os fatos representados e atualizá-los.

Mas, se comemorar implica reviver de forma coletiva a memória de um ato fundador, de modo a sacralizá-lo, é preciso repensar o sentido do que foi socialmente celebrado. A meu ver a identificação destes valores nas falas oficiais já se faz necessária. Para tanto, selecionei trechos de alguns discursos presidenciais relacionados à histórica data e indicativos das pretensões do governo federal. O esforço aqui almejado, ressaltado, é hermenêutico – interpretativo e sem aspirações de verdade única, o que implica reconhecer que outras leituras do mesmo referencial são possíveis (Gadamer, 2002). A eleição da fala presidencial como principal fonte atendeu a dois critérios: em virtude da proeminência do cargo e do ocupante, parecia-me claro que ela seria representativa dos valores idealizados pelo Estado para o evento em discussão; por fim, se constituiu no referencial mais acessível.

Início, porém, a análise do dispositivo oficial das comemorações com um único trecho das “Diretrizes e Regulamentos”, que considero representativo de alguns dos valores que circunscreveram as comemorações:

A cultura brasileira demonstra, tanto em sua matriz erudita como na popular, essa pluralidade que se manifesta antes pela agregação que pela segregação e conflito. Como resultado desse caldeamento de etnias e culturas, o Brasil se apresenta hoje como uma inédita experiência de civilização tropical, com traços próprios e singulares. ²

A citação é ilustrativa de parte dos objetivos oficiais numa festa com esta abrangência: a ênfase na unidade da cultura

nacional e sua capacidade agregadora, equilibrando pluralidades e minimizando divergências – um caldeamento estável. Pelo texto, compomos uma civilização tropical inédita, singular e, dado o potencial aglutinador, de vocação pacífica (sem espaço para o conflito). Não cabe julgar aqui se tal avaliação reflete uma realidade histórica. Quero ressaltar que o reforço ou a insistência na unidade cultural brasileira – a principal memória social a ser comunicada nos “500 anos” – coincide com o papel do Estado identificado por Benedict Anderson e Nicolas Shumway. Para o primeiro, é sua função insistir num revigoreamento da nacionalidade via mobilização de “estratégias” específicas: elaboração de um passado comum e reforço identitário – a ênfase no dissenso não faz parte das suas atribuições (1983). Shumway é mais incisivo: na construção de uma memória social, explica, “a verdade é menos conveniente à sobrevivência da nação que uma narrativa bem-feita, que ofereça aos habitantes dum território um sentido de pertença, de passado compartilhado e de destino coletivo” (2002).

Analisemos agora trechos do discurso presidencial intitulado “Nossos 500 anos”, proferido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso nos primeiros dias de 2000, por ocasião da abertura oficial das comemorações do histórico evento. É interessante notar como os temas presentes nas “Diretrizes e Regulamentos” reaparecem aqui com nova roupagem e verniz acadêmico.

Recebo nesse instante, vinda de Portugal, a terceira “chama do conhecimento”. A primeira, recebi em São Raimundo Nonato, no Piauí, das mãos de chefes indígenas. Logo depois, Ruth Cardoso recebeu, nos sertões de Goiás, das mãos dos Calungas, descendentes de escravos africanos, a outra das chamadas simbólicas, do *encontro entre raças e culturas que formou o Brasil*. No romper do ano 2000, quando nosso país completará seus 500 anos, *rendemos homenagem aos formadores de nossa civilização*: brancos europeus, de fala portuguesa e fé em Cristo, índios autóctones com dezenas de falas e crenças e negros africanos, também diversificados na língua e na cultura. A essa base, juntaram-se vários outros povos, que trouxeram suas crenças, seus valores, suas técnicas e, sobretudo, sua fé nessa nova América.

Somos talvez a maior nação multirracial e multicultural do mundo ocidental, senão em número de habitantes, na capacidade integradora da civilização que fundamos. Esta diversidade e sua mestiçagem constituem a marca do nosso povo, o orgulho de nosso país, o emblema que sustentamos no pórtico do novo século. E essa identidade dá-nos a base para a entrada do novo milênio, o da civilização global, nos distingue pelos valores da tolerância, permite que reflitamos, a partir dela, o quanto conseguimos caminhar nesses 500 anos.

[...] Pátria de imigração, de braços abertos aos que aportam, como Cristo que nos guarda do alto do Corcovado. [...] *Terra da Solidariedade. É isso que pedimos como bênção nesta entrada do milênio.*

[...] *Queremos preservar essa cordialidade, não para obscurecer o que ainda existe de desigualdade, de injustiça. Mas sim para amenizar a frieza do chamado "mundo moderno".*

[...] *O que construímos e aprendemos no passado constitui a base para nossa confiança no futuro. A fé em nós próprios e no que alcançarmos há de guiar-nos na busca do amanhã de esperança. Paz e amor são também nossos lemas. Soubemos manter a paz secular com os nossos vizinhos; estamos lutando para que ela exista entre nossos irmãos brasileiros, no catecismo da solidariedade. Paz nas famílias, na vida das pessoas, baseada não só na estabilidade econômica que estamos alcançando, mas na coesão social de um povo que constrói um destino comum. Meus amigos, quando os portugueses aventuraram-se pelos oceanos na ânsia de descobrir novas terras e novas gentes deram a marca da modernidade: a descoberta do outro, o reconhecimento da variedade e da diferença.* [destaques meus].³

Considero os trechos destacados esclarecedores: eles enaltecem a diversidade cultural brasileira como nossa grande riqueza e apresentam o país como o lugar da tolerância, da solidariedade e do respeito às diferenças – “marcas da modernidade” inauguradas por Portugal e nos legadas durante a colonização. Compomos uma comunidade de matrizes diversas, mas não divergentes ou antagônicas; ao contrário, dada “a capacidade integradora da civilização que fundamos”, nosso *ethos* é aglutinador (descrição em conformidade, portanto, com as “Diretrizes”: nosso caldeamento étnico tende para a estabilidade, a conciliação, a unidade). Saudada como uma terra onde grassa a cordialidade, qualquer indício de tensão é eclipsado da história oficial como forma de sociabilidade incompatível com este passado idealizado. Cordialidade, aqui, é quase sinônimo de tolerância, afabilidade e solidariedade – uma vi-

são distinta do conceito de Sérgio Buarque, que na verdade constitui uma crítica ao *ethos* brasileiro.

O discurso presidencial também reconstitui a “fábula das três raças”, destacando o “clima amistoso” que teria marcado esta interação: Fernando Henrique se refere ao “encontro entre raças e culturas que formou o Brasil”, para depois render “homenagens aos formadores de nossa civilização”. Não há dúvidas quanto ao processo de miscigenação que plasmou o Brasil contemporâneo, mas designar este fenômeno de encontro constitui um eufemismo simplificador. Gostaria de precisar minha leitura para evitar incoerências: não estou exigindo do Estado uma reflexão crítica deste processo (sua atribuição, como já alertei, não é esta); apenas enfatizo aqui os pontos desta fala oficial que suscitaram polêmicas e que poderiam ser minimizados. E, ao enfatizar a necessidade de ponderação quanto aos termos/valores ressaltados, creio me encontrar em afinidade com os propósitos do Estado. Afinal, se cabe a ele a organização dos eventos oficiais vinculados à histórica data, contribuindo para a sedimentação de uma memória comum, penso que também é sua responsabilidade criar as condições para que as comemorações contem com a maior participação possível de todos os segmentos da sociedade brasileira, sem produzir exclusões.

Sobre o discurso de FHC, outra consideração me parece importante: a ênfase conferida ao protagonismo português – teriam sido eles os agentes civilizadores a nos legar “as marcas da modernidade: a descoberta do outro e o reconhecimento da diferença”. Uma última ressalva: tal como foi empregado pelo Presidente, o termo multicultural quase ressuscita o polêmico conceito de democracia racial, insistindo na idéia de uma coexistência pacífica dos diferentes grupos que aqui convivem. Estes grupos podem cultivar expectativas semelhantes, mas é provável que também alimentem anseios e pretensões divergentes entre si.⁴

Gostaria de apresentar trechos de outros discursos igualmente reveladores dos valores presentes na narrativa estatal: a ênfase na unidade da cultura brasileira e seu potencial aglutinador; o elogio à nossa estabilidade social, que não padece de conflitos étnicos e religiosos; e, sobretudo, a reaproximação com a matriz lusitana, reconhecendo o Brasil contemporâneo como produto desta herança. Cito primeiramente alguns parágrafos do discurso proferido durante almoço oferecido ao presidente português Jorge Sampaio, em Porto Seguro (BA), por ocasião das comemorações do “V Centenário do Descobrimento”.

Brasil e Portugal escrevem hoje *um novo capítulo dessa trajetória comum*. Reafirmam juntos, na entrada do novo século, a sua vocação de entendimento e cooperação, que não é só antiga. Diria que é *permanente, definitiva*.

Nós nos reunimos aqui para celebrar uma herança e reafirmar um sonho. [...] *Reafirmar o sonho da sociedade livre, justa e solidária* que hoje nossa geração tem a vontade e a oportunidade de erguer sobre os alicerces destes quinhentos anos.

[...]Somos uma nação *sem conflitos externos e livre dos conflitos étnicos e religiosos* internos que flagelam outras partes do planeta. Somos um povo com *uma unidade lingüística e cultural notável*, considerando as dimensões do território e da população. [destaques meus].⁵

Por fim, ressalto trechos do discurso de Fernando Henrique Cardoso, na solenidade de abertura do “Congresso Brasil – Portugal 2000”, em cerimônia realizada no Itamaraty, ilustrativo deste desejo de renovação dos laços com a antiga metrópole:

[...]Quero concluir retornando aos nossos intérpretes, sobretudo a Gilberto Freyre, mas também a Sérgio Buarque de Holanda, Capistrano de Abreu e a todos aqueles que souberam valorizar aquilo que me parece um dos maiores legados recebidos de Portugal, e que não foram poucos, como a língua e o território. Penso na *plasticidade cultural e na nossa inestimável aptidão para compreender e assimilar a diferença*. Sem ela, seríamos bem menos. [...]Somos *gratos a Portugal por nos dar a chave para o que temos de melhor: o povo e a cultura*.

[...]O mundo lusófono é o nosso mundo, do Tejo a Luanda, de Baía Cabralia a Dili. *Se os sinos dobram em Angola ou no Timor Leste, eles também dobram por nós. O Brasil não faltará à sua lusitanidade*, após 500 anos de História” [destaques meus].⁶

Não comentarei as duas citações: penso que as frases destacadas são claras; além disso, já apresentei uma leitura dos valores nelas incluídos, reveladores das pretensões oficiais nos “500 anos”. Parece-me apenas que a referência aos intérpretes do Brasil nestes trechos finais, citados por um intelectual consagrado como FHC, funcionaria como critério de legitimação quase irrefutável. De qualquer modo, minha proposta ao investigar as falas oficiais dos “500 anos” foi demonstrar que os esforços do governo federal tinham como objetivo o reforço de uma memória nacional, com a qual todos pudessem se identificar. Destaquei também que, apesar das críticas, as pretensões oficiais dialogavam com o papel que o Estado deveria protagonizar numa cerimônia desta natureza: ênfase na unidade cultural, revigoramento da nacionalidade e reforço identitário da comunidade a ele vinculada.

Isso não nos impede, todavia, de ponderar sobre a dimensão política da festa. Como sugeriu Paul Connerton, o controle da memória de uma sociedade pode servir para dissimular relações de poder e dominação. Jacques Le Goff manifesta opinião idêntica. Se observarmos que o “V Centenário do Descobrimento” foi uma cerimônia de âmbito nacional (cujas ações, portanto, foram extensivas a todo o território brasileiro), tais ressalvas ganham maior ressonância. Contra a posição oficial, muitos intelectuais apresentaram uma leitura crítica do evento. Porém, o discurso acadêmico parecia exigir do governo uma negação e reinterpretação do passado. Trata-se de uma posição ingênua. Reconhecer que o conflito e o dissenso não estiveram presentes na reencenação oficial (ou foram silenciados) é uma coisa; exigir sua inclusão no cronograma da festa pelos próprios “idealizadores”, no entanto, implica uma incompreensão das atribuições do Estado.⁷ Não há dúvidas de que a memória revivida em Porto Seguro apresenta um recorte parcial e excludente da nossa história – não contempla todas as versões e seus pontos de inflexão. Mas exigir

do governo uma reflexão desta natureza constitui um equívoco: se agisse assim, o Estado estaria em contradição com aquilo que identifiquei como sendo seu papel (não é sua atribuição insistir em rupturas). Em resumo, os discursos produzidos na esfera estatal e acadêmica seguem orientações quase sempre distintas: no campo oficial, não haverá uma politização demasiada da História.

Finalizada parte deste ensaio, onde busquei “mapear os valores e ideologias” presentes no discurso oficial dos “500 anos”, desejo adentrar em outra discussão fundamental à análise do “V Centenário do Descobrimento”. No próximo segmento, apresento um estudo da mediação deste episódio histórico pelos meios de comunicação, bem como da sua intensiva cobertura por uma mídia específica (a Rede Globo de Televisão), duplo fenômeno que contribuiu para sua popularização junto ao público.

3 A REPERCUSSÃO DOS “500 ANOS” NA MÍDIA: A TV GLOBO COMO MESTRE-DE-CERIMÔNIAS

Início esta seção com uma ressalva: o dia 22 de abril, lembra Kelly Silva (2003), não tem o estatuto de feriado nacional (sequer é citado nas agendas), em oposição, por exemplo, ao dia que lhe antecede. Isto implica duas observações. A primeira, que nunca houve tradição comemorativa nesta data; a segunda emerge como consequência da anterior: como inexistia tal tradição, era preciso criá-la e inseri-la na agenda pátria. No entanto, é difícil precisar quando o governo federal elegeu os “500 anos” como prioridade, colocando-o em evidência. Segundo Eneida Leal Cunha, em 1993 o governo federal instituiu, no âmbito do Ministério da Educação e Desporto, uma “Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil”. Em 1996, o comitê foi reformulado e transferido para o Ministério das Relações

Exteriores, até que, em abril de 1999, passou a ser vinculado ao Ministério do Esporte e Turismo. Para a autora, o itinerário da comissão é sintomático, e demonstra o deslocamento das intenções do governo em relação à festa ao longo dos anos: de um claro interesse pedagógico à plataforma de projeção internacional da imagem do país, até ser circunscrita à condição de atrativo turístico.⁸

Considero, contudo, possível a identificação de um outro marco zero dos “500 anos”, a partir da inserção da temática na pauta diária dos meios de comunicação e sua conseqüente exposição na arena pública. Para Ubiracy Braga, por exemplo, a celebração da data simbólica foi antecedida por um intenso “clima de comunicação”, tendo a televisão como principal veículo de divulgação das comemorações do “V Centenário do Descobrimento” (2003). Eneida Cunha também reconhece o fenômeno: segundo ela, apesar do detalhamento ambicioso, até o final de 1997 as ações comemorativas não ultrapassavam as cerimônias oficiais, algumas exposições e o patrocínio de projetos históricos. Apenas quando as notícias relacionadas ao evento passaram a integrar a programação das redes de televisão, os “500 anos” se tornaram “um fato com repercussões no todo social”.⁹

Ou seja, a inserção da pauta no campo das comunicações e a conseqüente circulação de notícias conferiram visibilidade à data, contribuindo também para atualizar a memória do público ante sua dimensão simbólica. Coordenadores de uma pesquisa que analisou a repercussão do “V Centenário do Descobrimento” no âmbito das comunicações de massa, Denise Cogo e Fabrício Silveira ressaltam que, desde abril de 1998, as comemorações do evento se converteram “em campo privilegiado de produção de sentido na esfera midiática brasileira”.¹⁰

Ao reconhecer a mediação do evento histórico pelos *mass media*, não quero afirmar ter havido uma espécie de pacto entre o governo federal e os principais veículos de comunicação

(sobretudo as emissoras de TV), para o desenvolvimento de estratégias de controle da audiência. Insistir nesta assertiva implicaria retornar a um debate antigo que atribuía à mídia uma capacidade persuasiva e ação imperativa sobre a sociedade, e desconsiderava a complexidade do processo receptivo, insistindo na idéia de um público facilmente manipulado (visão determinista da Escola de Frankfurt).¹¹ Neste artigo, portanto, não ratifico esta visão apocalíptica (para utilizar a clássica terminologia de Umberto Eco).

Sugiro apenas que o cronograma da festa foi assimilado pela grande mídia, e recebeu ampla divulgação; do ponto de vista das empresas de comunicação, o interesse por esta cobertura se justifica pelo potencial de rentabilidade dos “500 anos”, como temática de grande adequação publicitária e matriz para programas diversos (documentários, séries, novelas históricas). Ressalto também que a identificação desta mediação – a inclusão da pauta na programação midiática – não implica o reconhecimento de uma leitura homogênea do evento por parte do público; ao contrário, a efervescência crítica dos debates na academia e os protestos que antecederam às comemorações em Porto Seguro (BA) demonstram ter havido desaprovação de parcelas da sociedade. Além disso, não defendo a idéia de que a cobertura das diversas mídias tenha sido convergente, insistindo numa única interpretação dos “500 anos”.

Como aponta Eneida Cunha, nos Estados com interesses explícitos nas comemorações, os relatos publicados foram parciais, dialogando com as intenções do governo federal.¹² Caso, por exemplo, do Rio de Janeiro e da Bahia, onde a campanha comemorativa estimulou a formulação de *slogans* institucionais do tipo “Rio, o coração do Brasil bate aqui” ou “Bahia, o Brasil nasceu aqui”. Em contraponto, a autora destaca a cobertura do jornal *Folha de São Paulo*, bem menos eufórica e freqüentemente crítica. Para Denise Cogo, a pluralidade

de interpretações sobre os “500 anos” na esfera midiática é resultado da abordagem do tema por diferentes veículos e editoriais, e da sua apresentação em múltiplos formatos: notícias, ficção, documentário e anúncios publicitários.¹³ Acrescente-se ainda a proliferação de *sítes* e listas de discussão na internet, tendo como gancho o “V Centenário”.

Ressalto apenas que o evento, ao ser inserido na cobertura da grande mídia, passou a ingressar também, e em consequência disso, na pauta de assuntos da audiência. Resumiria este dispositivo comunicativo e sua ação como um trabalho de agendamento, perspectiva que se encaixa numa linha de estudos dos *mass media* designada como *hipótese do agenda-setting*. A hipótese pressupõe que o público tende a incluir ou a excluir da sua pauta de assuntos os temas incluídos ou excluídos na cobertura dos veículos de comunicação; de modo análogo, a importância conferida pela audiência a esses temas é semelhante à ênfase atribuída pela mídia aos mesmos fatos e acontecimentos, inclusive sua hierarquização – por exemplo, a classificação do que é prioritário (Wolf, 1994:128 e 129). Destacar que houve um agendamento dos “500 anos” implica afirmar que o assunto se fez presente no cotidiano nacional, em virtude da sua tematização pelos meios de comunicação. Tematizar um assunto significa colocá-lo na ordem do dia, priorizá-lo, conferir-lhe relevo e salientar sua importância ante as demais notícias (Wolf, 1994:144). Tal decisão diz respeito tanto à sua frequência de exposição (o número de vezes em que é veiculado) quanto ao nível de abordagem que lhe é destinado (superficial, intermediário, aprofundado).

Destaquei nos parágrafos anteriores o “clima de comunicação” que circunscreveu a celebração dos “500 anos”, resultando num agendamento da festa – sua permanente tematização e inserção no cotidiano da audiência. Pretendo agora direcionar minhas observações exclusivamente ao papel protagonizado pela Rede Globo de Televisão (TV Globo e afiliadas) neste

evento. Meu objetivo é ressaltar que, ao insistir na veiculação da versão oficial das festividades, a emissora carioca assumiu o papel de mestre-de-cerimônias, conclamando a audiência a participar da reencenação do Descobrimento. Para ingressar na festa de forma explícita, a Rede Globo elaborou um projeto específico designado “Brasil 500”, implementado no início de 1998, cujas ações conjugavam de forma pedagógica três eixos centrais: a celebração da festa em discussão; um reforço da historiografia brasileira, com ênfase na unidade nacional; e a defesa da educação como meta prioritária para os próximos cinco séculos – confirmada, por exemplo, na promoção contínua do Programa Amigos da Escola.¹⁴ A escolha da educação, para Cogo e Silveira, dialogaria com um dos mitos rememorados na festa: a promessa de superação no porvir das falhas que reverberam no presente, a realização num tempo distante (nossa permanente condição de “País do futuro”).

A ênfase do projeto global, portanto, encontrar-se-ia em conjunção com o ideário dos “500 anos” delineado pelo governo federal: celebração da diversidade cultural e étnica do país, sem espaço para os conflitos e desigualdades que pontuaram nossa história; ao contrário, privilegiando o sentimento de unidade – uma identidade que se constrói aglutinando e conformando as diferenças. Um índice do estreito vínculo entre a emissora e o governo federal podia ser observado nas *home pages* da Presidência da República e do Ministério do Esporte e Turismo – ambas possuíam *links* diretos para as páginas da Rede Globo.

Para Sônia Mendonça, a inserção de pautas sobre a data na programação da emissora carioca representou “um esforço de homogeneizar o heterogêneo”, de construir uma integração via mobilização dos sentidos do público para uma memória parcial do nosso passado. Recorrendo a Pierre Bourdieu e seu conceito de poder simbólico, a historiadora argumenta que o papel da Rede Globo no evento foi manusear símbolos capazes

de provocar comoções e identificação no telespectador, num esforço de neutralizar os dissensos e estimular a adesão: “A violência simbólica é aquela que extorque submissões não percebidas como tais”.¹⁵

Para Cogo e Silveira, bem como para Eneida Cunha, parte significativa da produção cultural da grande mídia, sobretudo da Rede Globo, promovia uma renovação da nacionalidade e uma revitalização do Estado nacional, a partir da representação enfática e espetacularizada do corpo mestiço da nação.¹⁶ Para estes autores, portanto, a difusão do ideal de nacionalidade, pautado num desejo de integração e identificação (comunhão de valores), encontraria forte eco na programação da emissora carioca.

Ao insistir na reconstituição e atualização desta versão idealizada, a TV Globo assume o papel de “historiadora”, dotada de um forte poder de agendamento: difícil desconsiderar o potencial de uma rede que conta com 115 emissoras afiliadas, cuja cobertura atinge 99,84% do território nacional, e números expressivos de audiência.¹⁷ A intencionalidade da empresa no episódio em discussão pode ser mensurada se levarmos em conta que mais de 90% da sua programação é produzida pela própria emissora.

Este potencial se intensifica se levarmos em conta que as ações do grupo não se restringem ao segmento televisivo aberto; expandem-se por outras mídias. A Globo Comunicações e Participações S.A. (Globopar), *holding* que controla as empresas do grupo (Organizações Globo), possui investimentos em canais fechados (Globo Sat), na internet (Globo.com), no campo cinematográfico (Globo Filmes), no mercado impresso (jornais e Editora Globo) e fonográfico (Som Livre), além de deter várias concessões de radiodifusão, entre outros empreendimentos (parques temáticos e licenciamentos), mobilizando 20 mil profissionais. Prova do poderio comunicativo da Globopar é sua participação nas receitas publicitárias: em

2001, o grupo absorveu 52% do total de investimentos (US\$ 4,2 bilhões). Esse índice se aproxima de 65% se nos limitarmos ao segmento televisivo.¹⁸

Ainda sobre a primazia da TV Globo como mestre-de-cerimônias na condução dos festejos do “V Centenário do Descobrimento”, Denise Cogo apresenta outras estatísticas igualmente esclarecedoras,¹⁹ resultado de uma pesquisa destinada a compreender o conteúdo produzido pela mídia brasileira sobre os “500 anos” (em 3.288 matérias impressas e 62 programas televisivos), bem como a recepção destes discursos por 541 receptores. Aproximadamente 96% dos receptores abordados afirmaram ter acompanhado a programação referente aos “500 anos” na grande mídia brasileira. A televisão desponta como veículo priorizado pela audiência, com quase 92% da predileção dos entrevistados, superando os jornais e revistas, o rádio e a internet, que obtiveram, respectivamente, 82%, 60%, 49% e 11,5%.²⁰

No segmento televisivo, as emissoras de sinal aberto mobilizaram a atenção de 91,7% dos entrevistados, contra 7,3% reservados aos canais por assinatura. Entre os canais abertos, a Rede Globo recebeu 80,8% de indicações – sua concorrente mais próxima, a Rede Bandeirantes, obteve somente 14,1%. A liderança global também se impõe no segmento privado: GNT, Globo News e Futura, canais controlados pela Globopar, foram os mais citados pelos receptores. O resultado dessa hegemonia, segundo Cogo, é uma tendência ao apagamento das distinções, no campo da recepção, entre TV Globo (empresa específica) e mídia (termo genérico): o primeiro foi muitas vezes tomado como sinônimo do segundo pelos entrevistados.

O “protagonismo” global nas comemorações dos “500 anos” é ilustrado por outros números da pesquisa. Dos 62 programas televisivos selecionados para análise, 40,3% foram veiculados pela TV Globo e 43,6% nos três canais fechados controlados pela Globopar. Além disso, a programação transmitida

pela emissora carioca alimentou 305 matérias publicadas na mídia impressa (10% da amostragem), no âmbito do que a autora designa de “diálogo entre meios”: uma espécie de contaminação da agenda de um veículo por outro.

A conduta da Rede Globo de Televisão no episódio histórico analisado, contudo, não constitui exceção em sua trajetória. Desde a sua gênese, a emissora carioca difunde a idéia de um projeto nacional, assumindo o papel de “guardião dos interesses do país”. Num primeiro momento, articulada aos governos militares na defesa de uma pretensa segurança e estabilidade política. Posteriormente, insistindo na idéia de nação e nacionalidade brasileira, através da divulgação de um modelo cultural idealizado. Sua inserção em questões políticas, com posicionamentos conservadores, tornou-se rotina na história da emissora: além do apoio ostensivo ao regime militar, são exemplos as coberturas parciais das greves do ABC paulista (1979), da eleição para o governo do Rio (1982), da campanha pelas Diretas-Já (1984), e das eleições presidenciais de 1989, quando contribuiu para a vitória de Fernando Collor.²¹ Todavia, no caso dos “500 anos”, a exemplo do que ocorre em outros contextos, o ufanismo global não decorreu somente de interesse político. Também teve implicações econômicas: além do retorno em audiência e em *marketing* institucional, este evento rende à emissora quotas significativas nos investimentos publicitários (oficiais e particulares).

Para efeito cumulativo, enumero as estratégias da Rede Globo para se inserir nas celebrações do “V Centenário do Descobrimento”. Primeiro, mediante lançamento do “Projeto: Brasil 500 anos”, demarcando seu espaço privilegiado na festa; depois, por intermédio de uma extensa e intensa cobertura das notícias oficiais relacionadas à data, estimulando um agendamento, além de chamadas diárias no horário nobre, onde artistas da emissora e convidados especiais sensibilizavam o público para a celebração em pauta. Por fim, inserindo o tema

diretamente em sua programação, por meio da realização de produções de cunho histórico, convidando o espectador a participar dessa aula televisionada. Desta safra, fazem parte as minisséries “A Muralha”, “Caramuru, a invenção do Brasil” e “Aquarela do Brasil”, além da novela “Terra Nostra”.²²

Porém, compreendo que uma das principais intervenções da emissora nas festividades não se deu através do monitor televisivo, mas via um dispositivo de recordação bem mais explícito em sua proposta de rememoração da história que estava sendo celebrada no evento: “o Relógio dos 500 anos”. Desenvolvido por Hans Donner, principal *designer* gráfico da Rede Globo, o gigantesco equipamento constituía uma espécie de presente, cujo objetivo era cronometrar o tempo que faltava para a data festiva (horas e dias), em contagem regressiva.

Considero o nome do aparelho revelador de suas intenções: a designação “Relógio dos 500 anos” já especifica o acontecimento fundador em pauta nas comemorações do “V Centenário”, em tom de concordância. A história cronometrada em seus dígitos e ponteiros, portanto, dialoga com a versão idealizada das festividades, tendo sua origem neste episódio. Não à toa, o primeiro equipamento foi propositalmente assentado em Porto Seguro, berço histórico do descobrimento na versão européia e cenário indicado pelo governo federal como sede oficial das festividades. Se a escolha ilustra a afinidade entre a TV Globo e o discurso estatal dos “500 anos”, também deve ser considerada por outro ângulo: é implícito o interesse da emissora em lucrar com o evento, via esforço de capitalização da audiência sensibilizada pela festa e dos investimentos publicitários do período (principalmente *institucionais*).

Até o final de 1998, outros 27 relógios foram instalados no país – um em cada capital brasileira, sempre em locais de grande movimentação pública e de fácil visibilidade.²³ A exemplo de seu nome, o *design* e visual do equipamento também são portadores de sentidos que precisam ser decodificados (confe-

INTELECTUAIS, MÍDIA E ESTADO NAS COMEMORAÇÕES DOS “500 ANOS” DO BRASIL

rir fotos). De dimensões grandiosas, a máquina era acoplada numa superfície plana, vertical. O mostruário do relógio era um globo azulado com os contornos do mapa-múndi, tendo ao centro, em destaque, o território brasileiro (realçado pela coloração verde, em tom forte). O ponteiro dos segundos, em tom amarelo, apontava para o núcleo, realçando a centralidade da festa (e seu lócus). Logo abaixo, um painel com dígitos brancos indicava os dias que restavam para adentrar a data.

Arquivo Diário do Nordeste (DN)



A esquerda, instalação do relógio em Fortaleza. À direita, cronometrando os dias restantes para a festa.

A conjunção de tonalidades é explícita: numa festa que se pretendia nacional, as cores do principal símbolo da pátria (a bandeira) eram enaltecidas, de forma a assegurar a identificação dos transeuntes e evitar polissemias – a leitura do relógio não comportava divergências: deveria atualizar em seus observadores a lembrança de um evento com data e lugar

definidos, voltado à celebração de um passado comum à nação, cuja dimensão simbólica, no entanto, haveria de ser extensiva a todos que contemplassem o equipamento, independente da sua participação direta nas comemorações. O mapa do Brasil ao centro, em cores nítidas, realçava a dimensão nacional da festa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluída a leitura do dispositivo comemorativo dos “500 anos” e do “clima de comunicação” que circunscreveu a data, penso ser possível apontar determinadas considerações (algumas já sugeridas). Se, como nos esclarece Paul Connerton, entendemos o mundo num contexto que adota os acontecimentos pretéritos como referência, a comunicação de uma memória fragmentada num evento com esta dimensão (uma comemoração nacional) poderá resultar também numa compreensão parcial da história por parte daqueles que apenas assimilarem a versão oficial da festa. Em 22 de abril de 2000, o povo brasileiro foi conclamado à unidade, através da reencenação de uma memória que insistia em celebrar um acontecimento prototípico do passado colonial e em reafirmar velhas ideologias nacionais. Buscou-se o reforço de uma identidade comum, via celebração enfática do potencial integrador da cultura brasileira, potencial este capaz de conferir homogeneidade a uma sociedade etnicamente heterogênea (um “*ethos* aglutinador” que dilui os dissensos e conforma as diferenças).

Tendo em vista as considerações de Benedict Anderson e Nicolas Shumway sobre o papel do Estado na construção e revigoração da nacionalidade, bem como as observações de Paul Connerton sobre o papel das cerimônias comemorativas na atualização da memória social, é possível entender o direcionamento ideológico na festa dos “500 anos”. Exigir do Estado uma leitura crítica, revisões históricas ou rupturas, cons-

titui um equívoco – sua tarefa é preservar a coesão da comunidade sob “sua tutela” (daí a insistência em ressaltar o potencial integrador da cultura brasileira).

Coube aos intelectuais formular uma interpretação crítica deste evento histórico: em suas análises, o “V Centenário” emerge como uma grande e imprecisa metáfora, utilizada para encobrir hierarquias e exclusões sociais, bem como para renovar ideologias que, na verdade, necessitam de esclarecimentos. Embora concorde com esta avaliação, a meu ver carece de ressalvas: tal leitura peca pela politização excessiva e por exigir do Estado um papel incompatível com suas atribuições. Como já destaquei, é possível censurar os riscos da sedimentação social desta memória fragmentada presente na versão oficial dos “500 anos”, mas é um erro exigir do governo uma reflexão similar àquela produzida na esfera acadêmica.

Creio que um resumo pontual deste debate entre esferas divergentes (academia e Estado) é apresentado por Kelly Silva, ao refletir sobre a versão oficial das comemorações: a questão central, argumenta ela, não era cobrar do Estado a elaboração de um discurso que privilegiasse sistematicamente situações de conflito; se assim procedesse, o governo estaria minando as chances de consolidação da comunidade moral que ele próprio deveria fortalecer, via ênfase numa narrativa homogênea da nossa formação. Isso não significa, porém, que não se possa exigir dele a construção de “imagens mais verossímeis, que representem o perfil heterogêneo da população, bem como os processos históricos que lhe atribuíram existência” (2003).

Para finalizar, ressalto que o esforço aqui dedicado para mapear o dispositivo institucional dos “500 anos” não visa sugerir ter sido tal versão aceita de modo consensual. Ao contrário, como afirma Eneida Leal Cunha, paralelamente ao rigor da narrativa oficial, emergiram discursos divergentes, produzidos não somente no âmbito acadêmico, mas também pelos que permanecem nos espaços limiares da sociedade. Resulta

daí a proliferação de segmentos que, isolada ou articuladamente, a exemplo do movimento “Brasil: Outros 500”, se manifestaram neste contexto comemorativo, buscando “rasurar a homogeneidade construída, além de pleitear outra versão, menos unívoca, da história brasileira e um outro pacto, menos excludente, de convivência social”.²⁴

Sem a mesma divulgação e visibilidade da versão oficial, projetada insistentemente na “tela global”, estes movimentos comprovaram que houve resistência e desaprovação, pelo menos em algumas parcelas da sociedade, à coloração ideológica da festa. E, embora não seja minha pretensão neste trabalho analisar tais “vozes discordantes”, considero importante ressaltar o fato, de forma a demonstrar que a batalha simbólica em torno dos sentidos da data não se restringiu às diretrizes determinadas pelo governo federal. Todavia, a configuração desta oposição precisa ser melhor discernida: se, por um lado, ela ilustra que houve divergência e, não, assimilação homogênea ante as pretensões estatais, por outro, é preciso não supervalorizar “o peso da resposta”. Como indicou Eneida Cunha, embora as reivindicações destes movimentos antecedessem em muito às festividades, eles só eclodem como uma reação ao direcionamento ideológico oficial dos “500 anos”.²⁵ Uma conscientização tardia, motivada pela efeméride e a ação oficial. Um estudo pormenorizado sobre a intensidade e vigor desta resistência, creio, ainda aguarda a devida atenção dos nossos historiadores.

O presente texto é um resumo da dissertação de mestrado do autor, intitulada “Leituras brasileiras – Reflexões sobre os 500 anos”, defendida em agosto de 2005, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas** – reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Ática, 1983.

BALAKRISHNAN, G. (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRAGA, Ubiracy de Souza. **Das caravelas aos ônibus espaciais**: a trajetória da informação no capitalismo. 1994. Tese (Doutorado em Ciências) – ECA, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. O próximo e o distante: incursão preliminar sobre teoria e aporia, política e desejo no pensamento social de Varnhagen (1816-1878) sobre o descobrimento do Brasil. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v.1, n.1, jan./jun. 2003.

CARTA de Pero Vaz de Caminha. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 maio 1999. Caderno especial, p.1-20.

CARVALHO, José Murilo de. A memória nacional em luta contra a história. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 nov. 2000. Caderno Mais!, p.18-19.

COGO, Denise. Comemorar o quê? O receptor frente às estratégias de midiaticização dos 500 anos de Descobrimento do Brasil. In: CONGRESSO DA ASSOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN (ALAI), 2002, Santa Cruz de La Sierra, Bolívia. **Anais...** Santa Cruz de la Sierra, Bolívia: GT: Estudos de recepção, 2002. Disponível em: <www.eca.usp.br/alaic/materal%20congresso%202002/congBolivia2002/trabalhos%20completos%20Bolivia%202002/GT%2013%20nilda%20jacks/denise%20cogo.doc>. Acesso em: 12 abr. 2004.

COGO, Denise; SILVEIRA, Fabrício. Mídia e multiculturalismo: a produção de sentido sobre os 500 Anos de Descobrimento do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMU-

NICAÇÃO – INTERCOM, 23., 2-6 set. 2000, [s.n.]. **Anais...** Amazonas: Universidade do Amazonas, 2000. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/2000/gt16/gt16a3.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2004.

CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. 2. Ed. Oeiras: Celta, 1999.

CUNHA, Eneida Leal. As comemorações dos descobrimentos na mídia. **Comciencia**, revista eletrônica de jornalismo científico, 10 abr. 2001. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/501anos/br01.htm>>. Acesso em: 8 abr. 2004.

_____. Brasil ao alcance de todos: imagens da nacionalidade e comemorações dos 500 anos do descobrimento. **Revista Semear**, n.5. Disponível em: <http://puc-rio.br/catedra/revista/semiar_5.html>. Acesso em: 10 abr. 2004.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis** – para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. **Relativizando, uma introdução à antropologia social**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. v.1.

_____. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v.2.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EMPRESÁRIO influenciou durante 7 décadas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 ago. 2003. Editoria: Brasil. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0708200332.htm>>. Acesso em: 16 abr. 2004.

FREITAG, Barbara. **A teoria crítica: ontem e hoje**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 39. ed. Rio de Ja-

neiro: Record, 2000.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método II**. Petrópolis: Vozes, 2002.

Grupo é o maior império de mídia no País. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 ago. 2003. Editoria: Brasil. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0708200331.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2004.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértices, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Cias das Letras, 2001.

LOBATO, Elvira; SANTOS, Chico. Globo fatura R\$ 4,5 bi e emprega 20 mil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 ago. 2003. Editoria: Brasil. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0808200332.htm>>. Acesso em: 16 abr. 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: histórias de exclusão. In: PRADO, Maria Lígia Coelho; VIDAL, Diana Gonçalves (Orgs.). **À margem dos 500 anos**: reflexões irreverentes. São Paulo: Edusp, 2002. (Coleção Estante USP: Brasil 500 anos).

MADEIRA, Angélica; VELOSO, Mariza. **Leituras brasileiras**: itinerários no pensamento social e na literatura. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Brasil**: 500 anos de quê? Disponível em: <<http://www.brasil-outros500.org.br/500deque.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2004.

Ministério destina R\$ 2,3 mi para réplica de embarcação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 ago. 2003. Editoria: Brasil., edição de 27 de agosto de 1999, p. 11.

NOSSOS 500 anos. Discurso presidencial. **Folha de São Paulo**, 1º jan. 2000. p.11.

OLIVEN, Rubem George. O nacional e o regional na construção

da identidade brasileira. **Rev. Bras. Ciências Sociais**, v.1, n.2, out. 1986.

PRADO, Maria Lígia Coelho; VIDAL, Diana Gonçalves (Orgs.). **À margem dos 500 anos**: reflexões irreverentes. São Paulo: Edusp, 2002. (Coleção Estante USP: Brasil 500 anos).

SCHWARCZ, Lília Moritz. Complexo de Zé Carioca: notas sobre uma identidade mestiça e malandra. **Rev. Bras. Ciências Sociais**, v.10, n.29, out. 1995.

SHUMWAY, Nicolas. Estados Unidos da América: alegorias do apocalipse no discurso sobre a nação. In: PRADO, Maria Lígia Coelho; VIDAL, Diana Gonçalves (Orgs.). **À margem dos 500 anos**: reflexões irreverentes. São Paulo: Edusp, 2002. (Coleção Estante USP: Brasil 500 anos).

SILVA, Helenice Rodrigues da. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, v.22, n.44, p.425-438, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 abr. 2004.

SILVA, Kelly Cristiane da. A nação cordial: uma análise dos rituais e das ideologias oficiais de "comemoração dos 500 anos do Brasil". **Rev. Bras. Ciências Sociais**, v.18, n.51, p.141-160, fev. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000100010&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em: 11 abr. 2004.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva**: uma reinterpretção do dilema brasileiro. Brasília: Editora da UnB, 2000. UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Brasil 500 anos. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v.31, n. 2, 2000.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1994.

INTELECTUAIS, MÍDIA E ESTADO NAS CELEBRAÇÕES DOS “500 ANOS” DO BRASIL

NOTAS

¹ Uma das mais insistentes reações a esta versão institucional das comemorações foi o movimento intitulado “Outros 500”, que, ao lado do campo acadêmico, representou a principal esfera crítica às pretensões do discurso oficial. Na dissertação que originou este ensaio, analiso detalhadamente a repercussão desta voz discordante. Porém, um aspecto interessante relacionado à pluralidade de discursos sobre o episódio histórico é o fato das oposições terem se intensificado como consequência do agendamento ideológico conferido à data pelo governo federal.

² Diretrizes e Regulamentos, Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Brasil, Brasília, 1997, p.9-10. Citado a partir de SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*, v.22, n.44, p.425-438, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 abr. 2004. Tenho perfeita compreensão de que a posse integral deste documento seria importante para o desenvolvimento do presente estudo, além de me privar do desconforto de ter que citá-lo a partir de outros autores. No entanto, me foi impossível localizar a íntegra deste documento em qualquer órgão da Administração Pública, apesar das muitas solicitações. Também na internet já foram desativados os *sites* oficiais relacionados à data.

³ O discurso intitulado “Nossos 500 anos” foi publicado integralmente no jornal *Folha de São Paulo*, 1º jan. 2000, p. 11.

⁴ Multiculturalismo, como ressalta Guacira Louro, é um vocábulo ambíguo: por um lado, pode servir como alavanca para a luta política de grupos subordinados que desejam ter representação ou para esclarecer o processo histórico de formação das diferenças; por outro, usado num contexto conservador, pode servir para aplacar as rivalidades, conformando-as e acomodando-as no seio de uma narrativa homogeneizadora, que ressalte as virtudes deste convívio assim estabelecido, mascarando a dominação. A segunda opção me parece embalar a narrativa oficial dos “500 anos”. LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: histórias de exclusão. In: PRADO, Maria Lígia Coelho; VIDAL, Diana Gonçalves. (Orgs.). *À Margem dos 500 Anos: Reflexões irreverentes*. São Paulo, Edusp, 2002. (Coleção Estante USP: Brasil 500 anos).

⁵ A íntegra do presente discurso foi publicada no jornal *Folha de São Paulo*, 23 abr. 2000, p. 10.

⁶ A íntegra do presente discurso se encontra disponível no *site* da Radiobrás. Disponível em: <http://www.radiobras.gov.br/integras/99/integra_2109_1.htm>. Acesso em: 21 dez. 2004. Notar a intertextualidade na fala de FHC, que, na penúltima linha, se apropria de um trecho da poesia de John Doon, que serve de epígrafe ao livro “Por quem os sinos dobram?”, do escritor Ernest Hemingway.

⁷ Para muitos intelectuais, ao privilegiar a palavra “descobrimto”, o governo federal já teria definido um enfoque para o passado em celebração. O uso de tal vocábulo representaria um desejo de negação da história do continente que antecede o ingresso do europeu, bem como constituiria um eufemismo para o processo de colonização (o que houve não foi descoberta, mas conquista, invasão). Lembro, porém, que o termo descobrimto é polissêmico, possuindo outras conotações. Descobrir implica também revelar partes encobertas, ainda desconhecidas, ato seguido de um deslumbramento ante a novidade encontrada. Em suas incursões pelos mares ocidentais, é possível afirmar que portuque-

ses e espanhóis realmente descobriram – no sentido de que encontraram algo cuja existência ignoravam – um mundo para eles novo.

⁸ CUNHA, Eneida Leal. Brasil ao alcance de todos: imagens da nacionalidade e comemorações dos 500 anos do descobrimento. Revista Semear, n.5. Disponível em: <http://www.lettras.puc-rio.br/catedra/revista/semiar_5.html>. Acesso em: 10 abr. 2004. A revista é uma publicação da Cátedra Padre Antônio Vieira de Estudos Portugueses, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Na página, não consta a data de publicação desta edição. A autora coordena o projeto Reconfigurações do Imaginário e Reconstruções de Identidades, sediado na Universidade de Campinas (Unicamp), que acompanhou as repercussões dos “500 anos” na imprensa brasileira e portuguesa, a partir de alguns veículos pré-selecionados.

⁹ CUNHA, Eneida Leal. Op. Cit.

¹⁰ COGO, Denise; SILVEIRA, Fabrício. Mídia e multiculturalismo: a produção de sentido sobre os 500 Anos de Descobrimento do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM 2000, 23., Amazonas. Anais... Amazonas, 2000 Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/2000/gt16/gt16a3.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2004. Organizado pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e realizado de 2 a 6 de setembro, na Universidade do Amazonas. O artigo apresenta algumas conclusões da pesquisa “Multiculturalismo e esfera midiática: a (re)descoberta dos 500 anos na mídia brasileira”, vinculada à linha de estudos “Mídia e Processos Socioculturais”, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), em São Leopoldo (RS).

¹¹ Para aprofundamento nesta discussão, conferir: ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento. São Paulo: Zahar, 1986. ECO, Umberto. Apocalípticos e integrados. São Paulo: Perspectiva, 1979. FREITAG, Barbara. (1993). A teoria crítica: ontem e hoje. São Paulo: Brasiliense, 1993.

¹² CUNHA, Eneida Leal. As comemorações dos descobrimentos na mídia. In: Comciência, Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, 10 abr. 2001. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/501anos/br01.htm>>. Acesso em: 8 abr. 2004.

¹³ COGO, Denise. Comemorar o quê? O receptor frente às estratégias de midiaticização dos 500 anos de Descobrimento do Brasil. In: CONGRESSO DA ASSOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN (ALAI), 2002, Santa Cruz de La Sierra (Bolívia). Anais... Santa Cruz de La Sierra (Bolívia), 2002. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/alai/material%20congresso%202002/congBolivia2002/trabalhos%20completos%20Bolivia%202002/GT%2013%20nilda%20jacks/denise%20cogo.doc>>. Acesso em: 12 abr. 2004. As conclusões do artigo resultam do esforço da autora em compreender as interações de um grupo de 541 receptores brasileiros frente o processo de midiaticização dos “500 anos”. O trabalho integra a pesquisa “Multiculturalismo e esfera midiática: a (re)descoberta dos 500 anos na mídia brasileira”, coordenada por Cogo e Fabrício Silveira, e vinculada à linha de estudos “Mídia e Processos Socioculturais”, do Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação, da Unisinos, em São Leopoldo (RS).

¹⁴ Fundamento minhas colocações nos trabalhos de Cogo e Silveira, 2000, Op. Cit; Kelly Silva, 2003, Op. Cit.; e Eneida Cunha, Op. Cit, Revista Semear, n.5. O *site* idealizado para o projeto (www.brasil500.com.br) já não está disponível, o que inviabiliza a pesquisa de informações oficiais da emissora.

INTELECTUAIS, MÍDIA E ESTADO NAS COMEMORAÇÕES DOS “500 ANOS” DO BRASIL

¹⁵ MENDONÇA, Sônia Regina de. Brasil: 500 anos de quê? Professora do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). O artigo encontra-se disponível no *site* do projeto “Brasil: Outros 500”, no endereço: <<http://www.brasil-outros500.org.br/500deque.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2004. Na página, não consta a data de publicação do artigo.

¹⁶ COGO, Denise; SILVEIRA, Fabrício. (2000). Op. Cit.; CUNHA, Eneida Leal. Op. Cit. Revista Semear, n.5.

¹⁷ Grupo é o maior império de mídia no país. Folha de São Paulo, 7 ago. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0708200331.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2004.

¹⁸ LOBATO, Elvira; SANTOS, Chico. Globo fatura R\$ 4,5 bi e emprega 20 mil. Folha de São Paulo, São Paulo, 8 ago. 2003. Editoria: Brasil. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0808200332.htm>>. Acesso em: 16 abr. 2004.

¹⁹ COGO, Denise. Op. Cit.

²⁰ Em nota explicativa, Cogo esclarece que os percentuais apresentados excederam os 100% porque muitos receptores declararam ter acompanhado a programação dos “500 anos” em mais de uma mídia.

²¹ Empresário influenciou durante 7 décadas. Matéria publicada no jornal Folha de São Paulo, 8 ago. 2003. Editoria: Brasil. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0708200332.htm>>. Acesso em: 16 abr. 2004.

²² Silva nos lembra ainda que, no mesmo período, a emissora carioca produziu dez shows populares em metrópoles do país, que, retransmitidos em cadeia nacional, “tinham como unidade simbólica a celebração dos 500 anos do Brasil”. In: SILVA, Kelly Cristiane. Op. Cit.

²³ Em Fortaleza, por exemplo, o gigantesco equipamento foi instalado no calçadão da Avenida Beira-Mar, próximo ao clube Náutico Atlético Cearense, em local de grande fluxo de pedestres.

²⁴ CUNHA, Eneida Leal. Op. Cit.

²⁵ *Ibid.*